

JULGADOS EM PAUTA

NOTICIÁRIO SEMANAL DO TJRJ

SEMANA DE 5 A 11 DE FEVEREIRO DE 2026

Ensino a distância possibilita remição de pena sem necessidade de fiscalização detalhada

“A remição de pena por estudo a distância pode ser deferida com base na certificação fornecida pela entidade de ensino, sem a necessidade de fiscalização detalhada das horas estudadas”. Com esse entendimento, a Pri-

meira Câmara Criminal reformou decisão da Vara de Execuções Penais que havia indeferido o pedido de um apenado por ausência de fiscalização detalhada das horas estudadas.

[Leia na íntegra](#)



Hospital terá de pagar R\$ 55 mil a paciente que sofreu queimaduras durante o parto

A Segunda Câmara de Direito Privado manteve sentença que condenou o Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceição ao pagamento de R\$ 30 mil por danos morais e R\$ 25 mil por danos estéticos a uma parturiente decorrentes de falha no proce-

dimento médico. Durante o parto, a paciente sofreu queimaduras de terceiro grau nas nádegas e nas costas, as quais não foram sentidas devido à ação anestésica.

[Leia na íntegra](#)

Plano de Saúde é obrigado a fornecer hormônio do crescimento para adolescente com baixa estatura

A Terceira Câmara de Direito Privado determinou o fornecimento do medicamento somatropina a adolescente diagnosticado com baixa estatura idiopática, termo usado para crianças ou adolescentes com altura inferior a dois desvios padrão da média, e não

se consegue identificar uma causa. Com a decisão, o colegiado reformou sentença que havia negado o pedido de tutela de urgência.

[Leia na íntegra](#)



TJRJ nega livramento condicional a apenado que usou um fio elétrico para dar chicotadas em sua ex-companheira



“O livramento condicional, por se tratar de medida que antecipa a liberdade plena, exige prudência e rigor na análise da aptidão subjetiva do apenado”. A observação consta de acórdão proferido pela Oitava Câmara Criminal que manteve decisão da Vara de Execuções Penais, que negou o livramento condicional a um apenado.

O caso diz respeito a um homem condenado por ofender a integridade corporal de sua ex-companheira, por meio de socos no rosto e no corpo, e de chicotadas nas costas com o uso de uma extensão de fio elétrico. As agressões causaram lesões descritas no Laudo Prévio de Lesão Corporal.

[Leia na íntegra](#)

Tribunal determina restabelecimento do auxílio-adoção a uma servidora pública de Campos

A Terceira Câmara de Direito Público manteve sentença que determinou o restabelecimento do auxílio-adoção e o pagamento das parcelas atrasadas a uma servidora pública do Município de Campos dos Goytacazes, que adotou criança com o vírus HIV.

O caso envolveu a suspensão do benefício pela administração municipal sob alegação de crise financeira, após anos de pagamento regular.

[Leia na íntegra](#)



Falso gari é condenado a 9 anos de prisão por roubo armado

A Oitava Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio modificou, em parte, por unanimidade, a decisão de 1º grau que julgou parcialmente procedente o pedido do Ministério Público para condenar um homem pela prática do crime de roubo.

De acordo com os autos, o Ministério Público entrou com uma denúncia após a prisão em flagrante do réu, realizada por policiais militares, por



roubo, mediante grave ameaça à funcionária do caixa de uma farmácia carioca. O crime foi cometido com emprego de arma de fogo. Na ocasião, o acusado, vestindo um uniforme laranja da Comlurb, roubou R\$ 235 do estabelecimento comercial. A autoria foi reconhecida pela vítima, e as imagens do crime foram registradas pelas câmeras de segurança do local.

[Leia na íntegra](#)